

Relatório e Contas 2021



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Em cumprimento das políticas internas de boa governação, o CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP) apresenta o Relatório e Contas referentes ao ano 2021, acompanhado pelos Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, bem como um breve resumo das principais realizações levadas a cabo pela organização no referido ano, de acordo com o Plano Anual, cujo referente é o Plano Estratégico (2019-2024).

Missão

Promover a integridade na esfera pública em Moçambique, através da denúncia da corrupção e de irregularidades, em geral, e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

Visão

Um país onde os agentes públicos e privados agem com integridade e probidade na esfera pública, contribuindo para uma gestão pública democrática, transparente e em conformidade com a lei.

Princípios Fundamentais Orientadores

As acções do CIP são orientadas pela integridade, a transparência, a prevenção da corrupção e a boa governação.

Relatório Programático

Este relatório apresenta de forma sucinta as actividades realizadas pelo CIP em 2021 nos seus pilares de intervenção, nomeadamente: Indústria Extractiva, Procurement Público e Parceria Público Privadas, Finanças Públicas e Anticorrupção. Também contribuíram grandemente as áreas transversais como sejam, o Jornalismo Investigativo, Sensibilidade do Género, Estratégias de Comunicação e Monitoria, Avaliação e Angariação de Fundos. Estiveram também em destaque os programas das Dívidas Ocultas, Programa de Eleições, Cabo Delgado e a COVID-19.

Com o auxílio das suas estratégias de intervenção- Exposição, Consciencialização e Advocacia - foram consolidados os resultados da actuação do CIP na promoção da transparência, integridade e combate à corrupção.

O relatório é constituído por 2 blocos, sendo o primeiro programático e o segundo financeiro.

1. Indústria Extractiva

Neste pilar, o CIP procura promover a boa governação, através do sector extractivo, com base na transparência e responsabilização. O CIP exerce pressão para uma revelação total dos dados da receita (para além dos requisitos mínimos da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva - ITIE); a revelação da propriedade “beneficiária” das empresas nacionais (para acabar ou controlar potenciais situações de conflito de interesses) e empresas internacionais (para destacar o uso de paraísos fiscais); a revelação das projecções de receitas sobre as quais as negociações estão baseadas e a discussão sobre o encerramento dos projectos mineiros e de hidrocarbonetos. Como resultado, o MEF, através da Nota n.º 1012/ GMc/MEF/DNPO/003/2021 de 19 de Outubro, respondeu às questões do CIP em relação Relatório de Execução Orçamental 2021, respostas referentes à transferência às comunidades (2,75%).

Em resposta ao relatório do rastreio dos 2,75% elaborado pelo CIP, o MEF organizou um seminário de reflexão sobre os 2,75% para a revisão do modelo de gestão e circular do menu dos projectos.

No que concerne ao Índice de Transparência do Sector Extractivo (ITSE), lançado pelo CIP em Outubro de 2020, a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira (EME), braço empresarial do Estado no sector, foi classificada como a menos transparente. Como resultado, o Governo extinguiu a empresa. Ainda no âmbito do ITSE, a Gemfields introduziu um novo modelo para transparências na indústria extractiva e a Kenmare traduziu a página web institucional para Português, que foi uma das sugestões do CIP na 1ª edição do ITSE.

2. Procurement Público e Parcerias Público Privadas

Nesta área, o CIP procura monitorar e expor injustiças nos processos de procurement público e na alocação e implementação de contratos de parcerias público privadas (PPP), com ênfase particular nos conflitos de interesse envolvendo funcionários públicos no tráfico de influências e nos abusos relativamente ao preço e a qualidade dos produtos e serviços. O CIP exerce pressão para uma transparência total, quer em relação a aspectos financeiros dos contratos de procurement e dos acordos PPP, quer quanto à revelação da propriedade “beneficiária” das companhias nacionais, de forma a combater conflitos de interesse.

O CIP publicou a análise sobre a contratação pública e reestruturação de Empresas do Estado, especificamente a selecção ilegal da Intellica. No estudo, constatou-se que, não só as empresas seleccionadas para serem privatizadas não são as prioritárias, como também que a modalidade de contratação usada para o efeito não era legalmente adequada tendo em conta o valor do contrato. Como resultado das principais constatações deste e de outros trabalhos

anteriores do CIP da mesma natureza, a PGR, no seu informe anual na AR, disse que as violações às regras de contratação pública lesam o Estado em 500 milhões de meticais, citando o CIP. O Conselho de Ministros, através da sua 17ª sessão ordinária, extinguiu a Correios de Moçambique, uma das quatro empresas que seria alvo de reestruturação no âmbito do concurso adjudicado à Intellica, SA.

3. Finanças Públicas

No pilar sobre as finanças públicas, o CIP pretende que as instituições oficiais respeitem as regras e os regulamentos na gestão dos recursos públicos e que possam demonstrar claramente uma reconciliação das receitas arrecadadas, afectações orçamentais e despesas reais.

O CIP procura que os cidadãos adquiram conhecimento e o usem para se envolverem de forma mais activa no processo orçamental, através de canais existentes ou de novos. Associações e grupos informais poderão usar a informação produzida pelo CIP para defenderem e promoverem os seus interesses e melhorarem a qualidade e a quantidade dos serviços públicos.

Como resultados, a partir de 2022, o plano económico e social (PES) e o Orçamento do Estado (OE) serão apresentados num único documento, passando a designar-se Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), sendo o primeiro, após vários anos com críticas do CIP a falta de alinhamento entre o PES e o OE e de recomendação que os dois documentos fossem coordenados.

O MEF, através da Nota n.º 1012/GMc/MEF/DNPO/003/2021 de 19 de Outubro, respondeu às questões do CIP em relação ao Balanço do Plano Económico e Social (BPES) e do Relatório de Execução

Orçamental 2021 (REO). O CIP analisou a campanha de vacinação e recomendou ao MISAU a elaboração e publicação de um plano de vacinação que foi acatada. O Plano Nacional de Vacinação foi publicado.

4. Anticorrupção

Neste pilar, o CIP procura exercer pressão sobre as instituições de controlo e sobre o quadro regulador para que estejam em conformidade com os seus respectivos mandatos, e para assegurar que estes mandatos estejam livres de conflito de interesses sistémico, e que implementem acções concretas de promoção da transparência e integridade visando o combate à corrupção. O CIP, com as suas acções nesta área, esforçar-se para que as instituições públicas sejam o exemplo em termos da integridade e transparência na sua actuação através do aprimoramento dos seus mecanismos de prevenção e combate à corrupção na vertente administrativa.

O CIP recomendou que o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) deve elaborar e implementar um plano de combate à corrupção para o Contexto da Pandemia da COVID-19 o que fez com que o GCCC engajassem com o CIP. Neste sentido e no âmbito do “Memorando de Trabalho” existente entre as duas instituições, uma das actividades que será realizada em parceria com o GCCC é a de pressionar o Tribunal Administrativo no sentido deste órgão produzir relatórios intercalares sobre a contratação pública de emergência no âmbito da COVID-19.

5. Áreas Transversais

5.1 Jornalismo Investigativo

Nesta área, o CIP investigou a exploração sexual de reclusas na cadeia feminina de Ndlavela, tendo exposto o esquema envolvido, como funciona e os valores pagos para que os actos sexuais não consentidos pelas reclusas naquele estabelecimento se consumam. Esta pesquisa foi publicada através das redes sociais do CIP bem como da media moçambicana, após a apresentação do resultado do estudo por via duma conferência de imprensa onde participaram jornalistas de diferentes órgãos de informação, seguido da publicação da pesquisa, que incluiu a exibição de um vídeo factual com testemunho das vítimas.

Em menos de 8 horas após a conferência de imprensa, o CIP conseguiu a reacção do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJCR) através de um comunicado de imprensa, informando que a Ministra da Justiça visitaria a cadeia feminina de Ndlavela, no dia 16/06/2021, ou seja, logo no dia a seguir a divulgação das imagens dos actos que acontecem na cadeia feminina em alusão.

A Ministra da Justiça, após a visita à cadeia feminina de Ndlavela, através do despacho n.º 22/MJCR- GM/2021, de 16 de Junho corrente, suspendeu, com efeitos imediatos, toda a direcção do estabelecimento penitenciário especial de Ndlavela e criou uma comissão de inquérito dirigida pelo MJCR, composta por quadros de organizações da Sociedade Civil.

5.2 Sensibilidade do Género

Nesta área, o CIP procura integrar o género em todas as suas acções, tendo iniciado o processo em 2015.

Nas suas pesquisas teve o género como aspecto central, estando o destaque na

pesquisa sobre os deslocados internos na província de Cabo Delgado, onde se analisou a situação dos deslocados com famílias chefiadas por mulheres e crianças, e se narravam as dificuldades que as mulheres e as raparigas deslocadas, têm em erguer casas nos centros de reassentamento definitivos. Como resultado, o Governo decidiu implementar um projecto de construção de casas parcialmente melhoradas para os deslocados. Mais ainda, no jornalismo investigativo, o CIP denunciou a exploração sexual de reclusas na cadeia feminina de Ndlavela.

O CIP colaborou com a Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ), com a WLSA e a CESC, através do programa ALIADAS, para o seguimento do caso de violação dos direitos humanos das reclusas da cadeia de Ndlavela. Estas organizações, em colaboração com outras que trabalham na área do género, submeteram uma carta de repúdio à Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

5.3 Estratégias de Comunicação

A nossa estratégia de comunicação visa aumentar a notoriedade e a visibilidade no país. De forma a melhorar a pesquisa e a busca por artigos e relatórios do CIP, a página principal foi reajustada com base nas recomendações deixadas no inquérito de satisfação dos beneficiários. Actualmente a página possui: campo para vídeo, podcasts, artigos de opinião, campo de donativos, espaço para comentar e partilhar as publicações. Foi possível:

- Aumentar o número de seguidores no Facebook de 57,000, em 2020, para 60,000, em 2021, após 53,000 em 2019;

- Aumentar o número de seguidores no Twitter, de 8,000, em 2020 para 9,511, em 2021;

- 136,971.95 visualizações na página do CIP após 100, 516 visualizações, em 2020, e 88,138, em

2019;

- O canal do Youtube teve um aumento de 4,730 subscrições, com uma notoriedade de 33,092 visualizações no canal após 9,400 visualizações em 2019 e 2020;

- O aumento do número de seguidores do Instagram de 1,278, em 2020 para 2,715, em 2021;

- 8 sessões de conversas sobre o julgamento das dívidas ocultas com um total de 24,300 visualizações para todas sessões.

6. Assuntos Transversais

6.1 COVID-19

Em Moçambique, o ano de 2021 iniciou com o agravamento do número de novos casos de infecção e mortes pela COVID-19, devido à eclosão de novas variantes do vírus, tendo sido a maior parte dos infectados (cerca de 64%) e óbitos (cerca de 86%) da província e cidade de Maputo. O pico máximo dos casos verificou-se no dia 29 de Janeiro, quando em 24 horas, o número de infectados subiu para 1.275, dos quais 47,1% foram em mulheres e 52,9% em homens, após uma média diária de 80 casos positivos em 2020. Quanto às mortes, o pico verificou-se no dia 01 de Fevereiro, quando as mortes em 24 horas foram de 19 indivíduos, dos quais 15 na

cidade de Maputo, 1 na província de Maputo e 3 na província de Sofala¹.

CIP submeteu uma carta com referência N.Ref.C.067/EC/2021, ao Ministério da Saúde solicitando informações referentes à implementação do Plano Nacional de Vacinação para a Imunização contra a COVID-19. Como resultado, o Ministério da Saúde, através da chefe do departamento do PAV, chamou a imprensa para esclarecer todas as questões feitas pelo CIP na carta³⁹. A mesma carta foi também respondida ao CIP através da nota N°1603/100/DNSP/2021 de 26/05/2021.

O CIP fez uma pesquisa sobre a corrupção no sector de saúde tendo constatado que os testes negativos emitidos pelo Instituto Nacional de Saúde (INS) estão à venda. Como resultado, o INS emitiu um comunicado de Imprensa, no dia 10 de Dezembro, para informar que a Inspeção Geral de Saúde, tinha iniciado uma investigação sobre a denúncia com vista a identificar e responsabilizar os envolvidos. Igualmente, o Ministério da Saúde, no dia 22 de Dezembro, emitiu um comunicado de imprensa, sobre o lançamento da plataforma para a verificação digital de resultados de testes PCR para viagem, denominada Trusted Travel.

6.2 Dívidas Ilegais ou Ocultas

O CIP fez o acompanhamento do desenrolar dos processos das dívidas ocultas e publicou artigos sobre os momentos chave no desenrolar do processo na Inglaterra. Este trabalho resultou na citação do CIP, feita pela Procuradora Geral da República de

Moçambique no seu informe anual à Assembleia da República (ponto 7). Igualmente, o Tribunal Supremo (TS) soltou seis co-réus do processo das dívidas ocultas em Moçambique, mediante pagamento de caução. Ademais, um tribunal em Londres autorizou, no dia 21/05/2021 Iskandar Safa³⁴ a processar o presidente de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, pela quebra do contrato de fornecimento com a Privinvest. O CIP também lançou o relatório sobre os custos e consequências das dívidas ocultas para Moçambique, tendo conseguido a interação com as equipas de advogados da Procuradoria Geral da República, nos casos nas jurisdições inglesa e Suíça. Estes usaram este relatório como parte da defesa de Moçambique, tendo reservado um total de nove páginas para o assunto. o

6.3 Programa de Eleições

Quanto ao Programa de Eleições, houve um trabalho conjunto entre o Centro de Integridade Pública, Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa (EISA), Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), Institute for Multiparty Democracy (IMD), Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM) para impugnar a eleição do Presidente da Assembleia Municipal de Marrumeu por se constatar que há indícios de estar quinado de vício de inconstitucionalidade, faltando a submissão da impugnação ao Tribunal Administrativo.

6.4 Cabo Delgado

Este assunto dominou os primeiros quatro meses do ano, e o CIP não ficou alheio. O

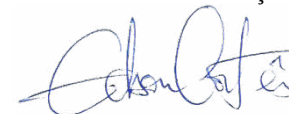
CIP analisou a gestão dos deslocados da guerra de Cabo Delgado, tendo constatando que o Governo falhou no apoio às vítimas do conflito. Como resultado do estudo, o Governo anunciou a criação de 21 aldeias para deslocados em Cabo Delgado. Além disso, Armindo Ngunga, ex-secretário do Estado da província de Cabo Delgado, foi nomeado PCA da Agência do Desenvolvimento do Norte (ADIN), após boas referências dele pelo CIP na gestão dos deslocados. Mais ainda, o Banco Mundial aprovou financiamento até 700 milhões de dólares para a crise em Cabo Delgado³⁶, tendo sido esta uma das recomendações do CIP no estudo. Mais ainda, o Governo respondeu ao relatório do CIP.

7. Governação e Gestão do CIP

O CIP implementa uma contínua aposta na constituição de uma equipa experiente, coesa, motivada e orientada para um objectivo comum investindo nas novas gerações de profissionais e promovendo a igualdade de oportunidades e de género. O CIP é por excelência uma organização que advoga e implementa uma gestão participativa e transparente.

O ano em alusão foi também marcado por situações de pesar que abalaram alguns colaboradores da organização. Um dos membros fundadores do CIP mais notável perdeu a vida vítima da COVID-19. Para além de membro fundador, este era Presidente do Conselho Fiscal.

O Conselho de Direcção



¹ <https://www.misau.gov.mz/index.php/covid-19-boletins-diarios>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
 Anticorrupção - Transparência - Integridade

JOINT ARRANGEMENT PROJECT

STATEMENT OF RECEIPTS AND PAYMENTS FOR THE YEARS ENDED 31 DECEMBER 2021 AND 2020

(Amounts expressed in USD – American Dollars)

	Notes	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
RECEIPTS					
Opening balance	6	547,367	547,367	-	551,482
Receipts of the year	7	1,761,708	1,848,919	(185,210)	2,058,818
Advance for 2011 and 2022 activities		-	-	-	440,330
Favourable exchange rate differences		-	7,930	(7,930)	-
Other		-	-	-	9,518
TOTAL OF RECEIPTS		2,309,075	2,902,225	(183,140)	3,060,128
PAYMENTS					
Nature, resources and extractive industry	8	233,254	221,384	11,870	218,325
Public - private partnerships	9	175,601	158,393	17,208	157,889
Public finances	10	250,799	252,620	(1,821)	257,507
Anti-corruption	11	157,801	125,445	32,356	174,404
Cross-sectorial areas	12	270,895	282,121	8,574	470,912
Linguistic proofreading, translations & print of studies and research	13	60,000	53,784	6,236	37,176
National & international travel	14	40,000	24,689	15,311	16,545
Grants	15	173,318	171,866	1,452	186,989
Institutional development	16	75,000	23,736	51,264	96,336
Other Expenses	17	872,608	888,771	(16,163)	916,679
TOTAL PAYMENTS		2,309,078	2,182,789	126,287	2,912,760
SURPLUS FOR THE YEAR		-	319,436	(319,436)	547,367

THE BOARD OF DIRECTORS


 Edson Cortés

 CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
 MOÇAMBIQUE

THE ACCOUNTANT


 Lenine Daniel



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
 Anticorrupção - Transparência - Integridade

JOINT ARRANGEMENT PROJECT

STATEMENT OF BUDGETARY EXECUTION FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2021

(Amounts expressed in USD – American Dollars)

RECEIPTS	Budget 2021	Actual 2021	Budgetary execution 2021 (%)	Budgetary execution 2021 (value)	Notes
Fund received					
Osceola Belarus					
Embassy of Norway	547,367	547,367	100%	00	
Victor Agency for Develop and Cooperation	707,158	692,369	97%	(148,210)	
Foreign Commonwealth and Development Office	800,000	800,000	100%		
Orfiam (Afrik)	273,920	273,920	100%	0	
(Diferença cambial Favorável)	(19,370)	(19,370)	100%	-	A
(A) Total funds	2,309,079	2,309,234	100%	(7,939)	B
PAYMENTS					
1. Nature, resources and extractive industry					
1.1 Governance of the extractive sector	233,234	221,384	95%	(11,870)	
1.1.1 Accountability program in Cabo Delgado	234,504	203,703	87%	(30,803)	
1.2 Public-private partnerships	18,750	17,083	91%	(1,667)	
2.1 Report on procurement in the health sector	129,603	134,389	104%	4,786	
2.2 Report on election campaign financing	15,000	15,352	102%	352	
2.3 Research on the prior inspection of the legality of public contracts by the Public Ministry	15,000	15,000	100%	0	
2.4 Research on procurement for the provision of the School Bus by actors involved	8,000	7,444	93%	(556)	
2.5 Study on the efficiency of toll roads, in partnership with PIR of the public financial	8,000	7,660	96%	(340)	
2.6 Perform a national conference on public procurement	8,000	3,377	42%	(4,623)	C
2.7 Build a database of extractive sector PPPs and actors involved	8,000	-	0%	(8,000)	
2.8 Other Studies & Research	8,000	-	0%	(8,000)	
2.9 Research Fees	7,500	6,402	85%	(1,098)	D
3. Public finances					
3.1 Public income and expenditure	36,101	303,072	840%	(1,519)	
3.2 Tracking public expenditure	290,799	294,680	101%	(3,881)	
3.3 Health programs, COVID-19 included	107,448	114,321	106%	(6,873)	
3.4 Health programs, COVID-19 included	53,400	48,336	90%	(5,064)	
4. Anti-corruption					
4.1 Research on the process of declaring assets	89,350	89,943	101%	(607)	
4.2 Produce database (BD) on cases of major corruption and its continuous updating	157,803	139,448	89%	(18,356)	
4.3 Investigate corruption cases at provincial and district level	5,000	-	0%	(5,000)	
4.4 Monitoring the implementation of SUSTENTA program at provincial / all pilot	7,500	3,833	51%	(3,667)	E
4.5 Analysis of Municipality management / See the integrity line of Municipality management	20,000	10,212	51%	(9,788)	F
4.6 Contribute to the elaboration of the database on business interests of AR deputies	5,000	3,223	64%	(1,777)	G
4.7 H II: Monitoring transparency in humanitarian helps to populations affected by the conflict in Cabo Delgado	8,000	4,105	51%	(3,895)	H
4.8 Research & other analysis	11,000	-	0%	(8,000)	
4.9 Research Fees	11,000	9,647	88%	(1,353)	I
5. Cross sectorial areas					
5.1 Investigative Journalism	7,500	7,448	99%	(52)	
5.2 Communications and Institutional strategic	85,803	88,803	103%	(3,000)	
5.3 Mail list, Texts & Facebook and Publicity in newspapers and community radios	195,603	255,463	131%	(59,860)	J
5.4 Web, Maintenance, Security, Intranet, Purchase of photos and photographic equipment	83,756	97,520	117%	(13,764)	
5.5 Research Fees	49,483	52,853	107%	(3,370)	
5.6 Monitoring, evaluation & learning	10,000	9,233	92%	(767)	
5.7 Web, Maintenance, Security, Intranet, Purchase of photos and photographic equipment	10,000	10,813	108%	(813)	
5.8 Monitoring, evaluation & learning	79,483	77,789	98%	(1,694)	K
5.9 Linguistic proofreading, translations & print of studies and research	62,454	64,711	104%	(2,257)	
7. National & international travel					
7.1 National travel	20,000	15,764	79%	(4,236)	
7.2 International travel	40,000	24,669	62%	(15,331)	L
7.3 International travel	10,000	24,562	246%	(14,562)	
A. Grants					
A.1 Hidden debts	10,000	47	0%	(9,953)	MA
A.2 Efficiency aimed at refining CNE & SIAG - Elections Program	323,316	298,238	92%	(25,078)	
A.3 Grants	45,000	42,786	95%	(2,214)	
A.3.1 Cabo Delgado province	10,000	9,853	98%	(147)	N
A.3.2 Niassa province	179,818	173,885	97%	(5,933)	
A.3.3 Niassa province	80,000	64,233	80%	(15,767)	
A.3.4 Namibe province	17,500	16,230	93%	(1,270)	
A.3.5 Zambezia province	55,000	53,223	97%	(1,777)	
A.4 Institutional development	40,414	40,209	99%	(205)	
A.4.1 Staff training & development	75,000	29,796	40%	(45,204)	O
A.4.2 Grants	50,000	9,125	18%	(40,875)	
A.4.3 Annual meeting & team building	25,000	10,363	41%	(14,637)	P
9. Other expenses					
9.1 Office supplies and consumables	872,408	869,394	99%	(3,014)	
9.2 Bank charges	15,000	16,232	108%	(1,232)	
9.3 Office charges	5,000	2,287	46%	(2,713)	
9.4 Office security	66,977	62,799	94%	(4,178)	Q
9.5 Telephones, fax and PABX, internet & computer assistance	12,188	11,085	91%	(1,103)	
9.6 Water and electricity	38,000	38,830	102%	(830)	
9.7 Office maintenance & repair	8,811	7,377	84%	(1,434)	R
9.8 Fuel, lubricants & vehicle maintenance & repair	5,000	1,174	23%	(3,826)	S
9.9 Vehicle insurance	10,212	8,969	88%	(1,243)	
9.10 External audit	2,198	847	39%	(1,351)	
9.11 Subscriptions	26,501	25,097	95%	(1,404)	
9.12 External services	5,000	3,644	73%	(1,356)	T
9.13 Salaries & benefits	15,000	15,106	101%	(106)	
9.14 Salaries & charges	862,420	879,236	101%	(16,816)	
9.15 Medical and medical assistance	803,919	647,268	81%	(156,651)	
9.16 Communication allowance	38,000	13,185	35%	(24,815)	
9.17 Fuel allowance	6,833	7,437	109%	(604)	
9.18 Inconvertible exchange rate differences	12,658	12,347	98%	(311)	
(A) RECEIPTS	2,309,079	2,309,234		(16,772)	B
(B) PAYMENTS	2,309,079	2,309,234			
Excess receipts/expenditure 2021	-	318,468			



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção • Transparência • Integridade

JOINT ARRANGEMENT PROJECT

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT 31 DECEMBER 2021

(Amounts expressed in USD – American Dollars)

1. INTRODUCTION

The CIP – Centro de Integridade Pública de Mozambique, is a legal public person of private law endowed with legal personality of the non profit association, non party ends, independent with administrative, financial and patrimonial autonomy,

CIP's Mission is to promote integrity in the public sphere in Mozambique by denouncing corruption and irregularities in general and by advocating public awareness and in favor of good practices in the management of the common good.

On 23 October 2019, a Memorandum of Understanding (MoU) was signed between the partners and CIP with the aim of financing the CIP Strategic Plan over a five years period (2019-2023), through the Joint Funding Arrangement Project.

The "Joint Funding Arrangement Project" jointly financed by four Donors, namely: Department For International Development (DFID), Swis Agency For Development and Cooperation (SDC), Norway Embassy, Foreign Commonwealth and Development Office, has been implemented by CIP, a Mozambican civil society organization that works in the area of Governance through research, advocacy and monitoring. This Memorandum establishes formal rules for:

- i. Ensure that there is a sustainable funding and communication mechanism for effective and efficient support for the implementation of the Program, including a comprehensive indication of all sources of funding;
- ii. Harmonize the rules of partners in order to minimize the costs of transactions and administrative burden for CIP and partners;
- iii. Formalize a single monitoring, evaluation, review and reporting system that meets the requirements of all parties;
- iv. Establish a Code of conduct for partners in relation to CIP;
- v. Establish CIP responsibilities and obligations for partners;
- vi. Ensure that each part to this Memorandum can fulfill its own internal responsibilities and requirements while operating within these rules.

CIP's Strategic Plan (2019-2023) has the following global objectives:

- to induce good governance, integrity and transparency in public policies and practices, as well as in the most relevant companies;
- Exposure of corruption cases and public awareness.

CIP had for 2021 allocated funds by the below mentioned partners/Donors the total amount of USD 1.761.709.

Foreign Commonwealth and Development Office

On 13/08/2018 CIP signed a five years financing agreement, through which DFID will contribute with a total of 2.500.000 Pounds to the common fund in the implementation of the 2019-2024 CIP Strategic Plan.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção • Transparência • Integridade

JOINT ARRANGEMENT PROJECT

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT 31 DECEMBER 2021

(Amounts expressed in USD – American Dollars)

Swiss Agency For Development and Cooperation (SDC)

On 1/08/2019 CIP signed a four years financing agreement, through which SDC will contribute with a total of USD 2.800.000 to the common fund in the implementation of the 2019-2023 CIP Strategic Plan.

Embassy of the Norway

On 5/07/2018 CIP signed a two years financing agreement, through which the Norway Embassy will contribute with a total of NOK 5.500.000 to cover electoral process and a contract of NOK 35.000.000 for the implementation of the CIP 2019-2023 Strategic Plan.

2. SIGNIFICANT ACCOUNTING POLICIES

(a) Basis of preparation

The Financial Statements have been prepared in accordance with the historical cost and on a cash basis convention. On this basis, receipts are not recorded until received in cash, regardless of the date on which the gains occur and disbursements are recognized in the period in which the respective payment is made, regardless of the date on which the obligation occur.

(b) Equipment and materials

The equipment and materials are considered as Association's expenditure at acquisition costssesregistered as current expenditures of the organization at the date of payment. Behind of the accounting records, the Board of Directors of the organization, has kept an updated inventory list of the long-lasting equipment and materials.

(c) Reporting currency and transactions in foreign

The financial statements are expressed in Meticais. The transactions in foreign currencies are translated into Meticais, using the exchange rate ruling at the date of transaction. The exchange rate differences determined are recognized in income or expenses for the year. For the reporting to the Donors purpose, the accounts are translated into USD using the monthly average exchange rate from Standard bank.

(d) Receipts

The funds received comprise donations received under the partnership agreements signed with the Donors and other partners of the Organization.



NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT 31 DECEMBER 2021

(Amounts expressed in USD – American Dollars)

(e) **Payments**

Payments have been recognized when goods and services are provided. The allocation of payments by different categories of expenditure is based on the original budgetary classification in USD.

3. Current receivable

The current receivables comprise the following balances: related to the travelling advances and the advance tax paid to the financial authorities, to be regularized at the first quarter of 2022.

	31-Dec-2021	31-Dec-2020
Travel advances	2,442	-
Dependent income tax	3,709	-
Total current receivables	6,151	-

4. Cash and banks

Cash and banks are made up as follows:

	31-Dec-2021	31-Dec-2020
Cash on hand	-	1
Meticals	-	1
Bank balance	-	-
Standard bank - Account Denominated in USD	300,098	538,053
Standard bank - Account Denominated in Local currency	38,086	47,221
ABSA - Account Denominated in USD	18	-
	338,202	585,274
	338,202	585,275

5. Creditors

The creditors comprise the following balances:

	31-Dec-2021	31-Dec-2020
Tax from dependent work income	17,809	18,529
Tax from property income	1,133	17,412
Social security	5,583	1,967
Other	392	-
	24,917	37,908



NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT 31 DECEMBER 2021

(Amounts expressed in USD – American Dollars)

6. Opening balance

The opening balance, correspond to the previous year closing balance carried forward to the current year.

7. Receipts of the year

Receipts of the year corresponde to the transfers made by the Donors namely Embassy of Norway, Swiss Agency for Develop and Cooperation and Foreign Commonwealth and Development Office (DFID) in in honor of the agreements signed for implementation of the CIP Strategic Plan. The Oxfam AGIRII deducted the receipts, related to the reimbursed of the Oxfam Mozambique closing balance under the termination of AGIR II Program, as follows:

	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
Embassy of Norway	707,159	892,369	(185,210)	372,435
Swiss Agency for Develop and Cooperation	800,000	800,000	-	526,332
Foreign Commonwealth and Development Office (DFID)	273,920	273,920	-	800,000
Oxfam (AGIR)	(19,370)	(19,370)	-	377,223
	1,761,709	1,946,919	(185,210)	2,075,990

8. Natural resources and extractive industry

The amount recorded In this caption analysis as follows:

	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
Governance of the extractive sector	214,504	203,701	10,803	178,273
Accountability program in Cabo Delgado	18,750	17,683	1,067	40,052
	233,254	221,384	11,870	218,325

9. Public – private partnerships

The amount reflected in this caption is presented as follows:

	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
Report on procurement in the health sector	15,000	15,952	-952	40,296
Report on election campaign financing	15,000	15,862	-862	9,197
Research on the prior inspection of the legality of public contracts by the Public Ministry	8,000	7,444	556	-
Research on procurement for the provision of the School Book actors involved	8,000	7,664	336	-
Study on the efficiency of toll roads; (in partnership with Pillar of the public finances)	8,000	3,577	4,423	-
Perform a national conference on public procurement	8,000	-	8,000	-
Build a database of extractive sector PPPs and actors involved	8,000	-	8,000	-
Other Studies & Research	7,500	6,402	1,098	20,330
Research fees	98,101	101,692	(3,591)	88,066
	175,601	158,393	17,208	157,889



JOINT ARRANGEMENT PROJECT
NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT 31 DECEMBER 2021

(Amounts expressed in USD – American Dollars)

10. Public finances

The expenses accounted for in this caption include:

	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
Public income and expenditure	107.848	114.321	(6.473)	203.082
Tracking public expenditure	53.600	48.356	5.244	54.425
Health program, COVID 19 included	89.351	89.943	(592)	-
	250.799	252.620	(1.821,00)	257.507

11. Anti-corruption

The expenses registered in this caption are analysed as follows:

	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
Report on the corruption cases	20.000	10.212	9.788	41.063
Research on the process of declaring assets	5.000	-	5.000	2.171
Produce database (BD) on cases of major corruption	7.500	1.814	5.686	7.242
Miscellaneous research and analysis	-	-	-	25.870
Research fees	85.801	88.895	(3.094)	98.058
Monitoring the humanitarian helps in Cabo Delgado	11.000	9.647	1.353	-
Monitoring the implementation of SUSTENTA program at provincial (all pillar)	5.000	3.223	1.777	-
Analysis of Municipality management I. See the integrity line of Municipality management	8.000	4.205	3.795	-
Contribute to the elaboration of the database on business interests of AR deputies	8.000	-	8.000	-
Research & other analysis	7.500	7.448	52	-
	157.801	125.445	32.356	174.404

12. Cross-sectorial areas

The expenses accounted for in this caption integrate:

	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
Investigative journalism	83.758	97.920	(14.162)	110.226
Advocacy aimed at reforming CNE & STAE	30.000	3.851	26.149	162.201
Hidden debts	45.000	42.786	2.214	36.242
Communication and institutional image	49.483	52.851	(3.368)	44.720
Health program	-	-	-	49.411
Monitoring, evaluation & learning	62.454	64.713	(2.259)	68.112
	270.695	262.121	8.574	470.912

13. Linguistic proofreading, translations & print of studies and research

This caption refers to the expenss incurred with the linguistic proofreading, translations & print of studies and research information during the year.



JOINT ARRANGEMENT PROJECT
NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS AS AT 31 DECEMBER 2021

(Amounts expressed in USD – American Dollars)

14. National & international travel

The expenses incurred in this caption are analysed as follows:

	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
National travel	30.000	24.642	5.358	10.608
International travel	10.000	47	9.953	5.937
	40.000	24.689	15.311	16.545

15. Grants

In this caption are reflected the expenses incurred with the consultants at the service of CIP resident in the provinces listed below:

	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
Cabo Delgado province	60.000	64.233	(4.233,00)	31.621
Niassa province	17.500	16.210	1.290,00	35.482
Nampula province	55.000	51.223	3.777,00	49.790
Zambézia province	40.818	40.200	618,00	50.093
	173.318	171.866	1.452	166.986

16. Institutional development

The expenses incurred in this caption are analysed as follows:

	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
Staff training & development	50.000	8.175	41.825	41.851
Annual meeting & team building	25.000	15.561	9.439	-
Unforeseen	-	-	-	54.485
	75.000	23.736	51.264	96.336

17. Other expenses

The expenses incurred in this caption have the following decomposition:

	Budget 2021	Actual 2021	Balance as at 31 Dec 2021	Actual 2020
Office supplies and consumables	15 000	16 253		
Bank charges	5 000	2 287	(1 253)	20 646
Office rental	66 877	62 799	2 713	2 497
Office security	12 188	11 085	4 178	73 077
Telephones, fax and PEX, internet & computer assistance	38 000	39 830	1 103	11 510
Water and electricity	8 813	7 377	(1 830)	36 667
Office maintenance & repair	5 000	1 174	1 436	6 306
Fuel, lubricants & vehicle maintenance & repair	10 313	8 969	3 826	7 840
Vehicle insurance	2 398	847	1 344	3 486
External audit	26 500	25 097	1 551	1 612
Subscriptions	5 000	3 043	1 403	49 766
External services	15 000	15 395	1 357	2 763
	210 189	104 757	(395)	11 216
Salaries & benefits:			15 432	236 386
Salaries & charges	603 928	642 268	(38 340.00)	583 442
Medical and medical assistance	38 000	13 185	24 815.00	17 514
Communication allowance	6 833	7 437	(604.00)	3 125
Fuel allowance	13 658	12 347	1 311.00	6 546
	662 419	675 237	(12 818)	620 627
Unfavourable exchange rate differences	-	18 777	(18 777)	59 666
	872 608	888 771	(16 163)	916 679

At year end the CIP had 18 employees (19 employees at end of 2020),

18. Taxes

The tax authorities have the right to review the tax situation of the organization CIP for a period of up to 5 years. This may result in adjustments due to a different interpretation and/or non-compliance with the legislation related to value added tax and personal income tax. It is not possible to determine the extent of the adjustments, if any that will result.

However, the Organisation Board of Directors hopes that has accomplished adequately with all its fiscal obligations, such as, the eventual corrections to the tax calculation basis of Organisation taxes, as the results of those revisions, will not have a significant impact on the attached financial statements.

19. Subsequent Events

There have been no subsequent events at date of 31 December 2021 that could have significant impact on the financial statements or that require disclosure therein.

THE BOARD OF DIRECTORS

Edson Cortês

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
MOÇAMBIQUE

THE ACCOUNTANT

Lenine Daniel

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do disposto nas alíneas A e B do artigo 17 dos Estatutos do Centro de Integridade Pública, adiante designado por CIP, o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, vem apresentar o relatório sobre a sua actividade fiscalizadora.

O Conselho Fiscal acompanhou com a periodicidade e a extensão que considera adequada, a evolução das actividades do CIP, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obteve, sempre que solicitado, os devidos esclarecimentos e informações do Conselho de Direcção e das diversas áreas do CIP.

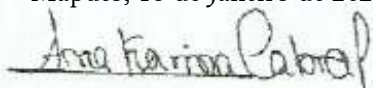
O Relatório Financeiro, compreendendo a Execução Orçamental e a posição Financeira do CIP e todos movimentos contabilísticos estão alinhados com as disposições legais em vigor e com os contratos bilaterais e MoU assinados entre o CIP e seus Parceiros de Financiamento, não tendo verificado situações ou quaisquer actos que violem os Estatutos, propõe-se que o referido relatório financeiro e o de actividades do ano de 2021 sejam aprovados.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

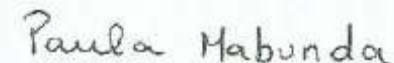
- Se aprove a Execução Orçamental e a posição Financeira do CIP que vos são apresentadas.

O Conselho Fiscal expressa o seu voto de louvor e confiança aos membros da Direcção e todos colaboradores pela dedicação, empenho, profissionalismo e competência com que exerceram as funções durante o ano de 2021, na linha do que se exige ao CIP.

Maputo, 18 de Janeiro de 2022



Ana Carina Cabral
Vogal



Paula Mabunda
Vogal



Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUI:400 006 245
www.ey.com

(FREE TRANSLATION FROM THE ORIGINAL IN PORTUGUESE)

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT

To the Board of Directors of

CIP - CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Opinion

We have audited the Financial Statements of the **CIP-Centro de Integridade Pública** (the Entity), for "**Joint Arrangement Project**", financed by various Donors, which comprise the Financial position as at 31 December 2021, the Statement of Receipts and Payments and the Statement of Budgetary Execution for the year then ended, as well as Notes to the financial statements, including a summary of significant accounting policies.

In our opinion, the accompanying financial statements of Entity, are prepared, in all material respects, in accordance with the basis of accounting disclosed on Note 2 of the Financial Statements and with the Donor's requirements.

In addition to our opinion, we also have performed the other procedures as established under the agreed upon procedures set out in the audit contract signed in accordance with the Donors requirements and we have concluded that:

- a) the financial reports issued for the period under review are presented fairly and adequately,
- and
- b) the funds received during the period under review were used in accordance with the objectives agreed in the **CIP- Centro de Integridade Pública** Strategic plan.



Basis for Opinion

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing (ISA). Our responsibilities under those standards are further described in the *Auditor's Responsibilities for the Audit of the Financial Statements* section of our report. We are independent of the Entity in accordance with the ethical requirements that are relevant to our audit of the financial statements in Mozambique, and we have fulfilled our other ethical responsibilities in accordance with these requirements. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion.

Responsibilities of Board of Directors for the Financial Statements

The Board of Directors is responsible for the preparation of financial statements that give a true and fair view in accordance with basis of accounting disclosed in Note 2 of the Financial Statements and with the Donor's requirements, and for such internal control as the Board of Directors determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

In preparing the financial statements, management is responsible for assessing Entity's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, matters related to going concern and using the going concern basis of accounting unless management either intends to liquidate the Entity or to cease operations, or has no realistic alternative but to do so.

The Board of Directors is also responsible for overseeing the Entity's financial reporting process.

Auditor's Responsibilities for the Audit of the Financial Statements

Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the Financial Statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an Auditor's Report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with ISA will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these financial statements.

As part of an audit in accordance with ISA, we exercise professional judgment and maintain professional skepticism throughout the audit. We also:

- Identify and assess the risks of material misstatement of the Financial Statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control.
- Obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of Entity's internal control.
- Evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by Board of Directors.
- Conclude on the appropriateness of management's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the Organization's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditor's report to the related disclosures in the financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditor's report. However, future events or conditions may cause the Entity to cease to continue as a going concern.
- Evaluate the overall presentation, structure and content of the financial statements, including the disclosures, and whether the financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation.

We communicated with the Board of Directors regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

We also provided the Board of Directors with a statement that we have complied with relevant ethical requirements regarding independence, and to communicate with them all relationships and other matters that may reasonably be thought to bear on our independence, and where applicable, related safeguards.

From the matters communicated to the Board of Directors, we determine those matters that were of most significance in the audit of the financial statements of the current period and are therefore the key audit matters.

The engagement partner on the audit resulting in this independent auditor's report is Paulo Reis.

ERNST & YOUNG, LDA.

Certified Auditors Firm

Represented by:



Paulo Jorge Gonçalves Afonso dos Reis (Certified Auditor Nr. 34)

Maputo, 09 March 2022

PARCEIROS:

